

O Muro, dois Estados, dois Mundos

Luis Edmundo de Souza Moraes *

Resumo: O artigo trata do problema das fronteiras sociais e políticas na Berlim do pós-II Guerra Mundial relacionadas à divisão da cidade em zonas de ocupação e, posteriormente, à construção do Muro. Ele reflete sobre o fato de que o muro, que dividiu uma cidade de forma artificial, produziu divisões e diferenças concretas pela ação do tempo, criando descontinuidades onde haviam continuidades. O artigo ainda aponta para uma forma de pensar o encontro não planejado entre as duas partes da cidade naquilo que foi chamada de reunificação.

Palavras-chave: História da Alemanha, Berlim, Muro de Berlim, Guerra Fria, RDA-BRD.



Há vinte anos, a fronteira entre Berlim Oriental – a antiga capital da República Democrática Alemã (RDA) – e Berlim Ocidental – cidade da República Federal Alemã (RFA) – foi aberta de forma algo surpreendente e atabalhoada.

O momento era de culminância de uma situação tensa. Ao mesmo tempo em que a RDA celebrava seus quarenta anos de existência, manifestações regulares e massivas que começaram em agosto de 1989 levaram, no dia nove de outubro, na semana das

comemorações, 70.000 pessoas para as ruas de Leipzig.

Leipzig era o centro do movimento de direitos humanos da RDA, o maior e mais duradouro movimento de reivindicação e protesto nos quarenta anos de existência do país. O movimento por reformas, inspirados por exemplos extraídos da URSS de Gorbatchov e de muitos dos países do leste europeu, possuía uma pauta que envolvia a liberdade de organização para grupos opositores, eleições livres e liberdade de viagem para o exterior e, em especial, para o ocidente, que se transformou em uma das questões mais importantes daquela conjuntura no país. (VON PLATO, 2003: 52-89)

Desde maio de 1989, tendo a Hungria aberto sua fronteira para a Áustria, centenas de cidadãos da RDA passaram por ela para chegar ao ocidente e buscaram fazer valer o direito garantido pela RFA de serem reconhecidos como cidadãos e de se estabelecer na

Alemanha Ocidental¹. Progressivamente, porém, muitos passaram a buscar refúgio nas embaixadas da Alemanha Ocidental em países da Europa Oriental. Entre agosto e setembro, o número de refugiados em Praga e Varsóvia, por exemplo, cresceu tanto que provocou o fechamento das embaixadas superlotadas².

Para dar respostas a esta situação, o Bureau Político do SED (*Sozialistische Einheitspartei* – Partido da Unidade Socialista), reunido em 17 de outubro, depôs Erich Honecker, Secretário Geral do Partido e um anti-reformista, e elegeu Egon Krenz para substituí-lo, que anunciou “*Die Wende*”, a “Mudança de Rumo”.

Em meio a uma situação econômica catastrófica, as manifestações se ampliaram e se radicalizaram. Em 9 de novembro de 1989, ocorreu uma reunião do recentemente renovado Comitê Central do SED para, dentre

outras coisas, discutir uma nova legislação para viagens ao exterior. Nessa reunião, ficou decidido que o Bureau Político do SED delegava ao Conselho de Ministros o desenho de uma nova legislação para viagens ao exterior, muito mais flexível e permissiva do que a então vigente, mas ainda dependente do requerimento de visto de saída e da posse de um passaporte – documento até então exclusivo de aproximadamente quatro milhões de cidadãos da RDA.

Imediatamente após a reunião, Egon Krenz entrega a resolução a Günter Schabowski, Secretário de Comunicação e membro do Bureau Político do partido, para ser apresentada em uma entrevista coletiva, que seria transmitida ao vivo pela televisão estatal. Schabowski não estivera, entretanto, presente em toda a reunião, em particular na parte relativa à discussão sobre a nova legislação para viagens ao exterior. Ele não conhecia o texto do documento aprovado. Na entrevista coletiva, Schabowski apresentou um sumário feito por Krenz das resoluções e relatou que o CC havia decidido que os cidadãos da RDA iriam obter os “vistos de saída” para viagens para o exterior, que eles seriam concedidos em processos rápidos e que as viagens para a República Federal poderiam ser feitas por qualquer das passagens de fronteira.

Schabowski, em um momento da entrevista, foi perguntado sobre a partir de quando esta determinação do CC teria validade. Pego de surpresa e com visível insegurança, o Secretário respondeu: “Pelo que eu sei, a partir de agora”. (cf. HERTLE, 2007: 140-165; LINDNER, 1998: 106-112)

Na realidade, a decisão tomada dizia respeito a uma política definida pelo CC que precisaria de regulamentações para

¹ Em 1949, a constituição da República Federal se fez acompanhar da declaração de que somente a RFA representava todos os alemães. Isto implicou na extensão automática a todos os alemães do direito de cidadania da RFA e, em termos práticos, na incorporação, após um rápido procedimento, de todos os cidadãos da RDA que migrassem para a Alemanha Ocidental. Em 1950, foi aprovada a “*Lei Federal de Acolhida Emergencial*” (*Bundesnotaufnahmesgesetz*), que regulamentava este processo de recepção de cidadãos da RDA em território da Alemanha Federal. Para Berlim, que por conta de seu status especial exigia legislação específica, foi aprovada a “*Lei sobre o reconhecimento de refugiados políticos*” que espelhava os princípios da lei federal. Entre 1951 e 1952, a lei federal, por decisão do Congresso da RFA, passou a ter validade também em Berlim. (BENZ, 1999: 145).

² Em função de um acordo firmado, em 30 de setembro de 1989, refugiados de Praga e Varsóvia foram transportados em trens fechados, que passaram pelo território da RDA em direção à Alemanha Ocidental. Apesar de as forças de segurança da RDA terem buscado isolar o percurso, muitos tentaram entrar no trem em movimento quando de sua passagem pelas estações. No mesmo mês, mais de 30.000 cidadãos da RDA chegaram ao ocidente pela Hungria. A abertura da fronteira da Tchecoslováquia gerou, em outubro, um fluxo de 50.000 cidadãos da RDA em direção ao Ocidente, provocando o fechamento da fronteira com a própria Tchecoslováquia, medida suspensa em primeiro de novembro. Ver: Hertle (2007: 144-146), Jarausch (2004: 316ss.) e Lindner (1998: 39-48).

ser implementada. Ou seja: ela não teria validade imediata e a própria RDA não havia se preparado e nem planejado o processo de abertura da fronteira entre as duas Alemanhas.

De qualquer forma, nem Schabowski nem ninguém imaginava o que a resposta “não autorizada”, transmitida ao vivo, desencadearia. Logo depois, ocorreu uma verdadeira correria em direção aos postos de fronteira da RDA. Em alguns pontos, marcadamente em Berlim, alemães ocidentais também rumaram para os postos de controle na fronteira. Inicialmente, os postos de fronteira experimentaram situações de tensão pelo fato de os guardas não terem ainda recebido qualquer instrução a respeito da decisão do CC ou da Declaração de Schabowski.

Além disso, pelo fato de que nestes postos começaram a se formar aglomerações, foi dado o sinal para que as tropas do Pacto de Varsóvia, estacionadas em Berlim, fossem mobilizadas, gerando uma tensão que só se desfez a partir de uma decisão do então Secretário Geral do Partido Comunista da União Soviética, Mikhail Gorbachev, consultado no meio da noite, de não intervir militarmente na questão. (VON PLATO, 2003: 90-108)

Horas depois da conferência de Schabowski, foi dada a ordem não somente de conceder vistos de saída, mas de abrir efetivamente a passagem nos postos de fronteira. No que se segue, multidões aglomeradas do lado ocidental dos postos de fronteira receberam com festa os “irmãos” de Berlim Oriental. Abraços, muito choro, buzinas, carros lotados, champagne: as cenas se repetiram em diversos pontos da fronteira diante de guardas absolutamente atônitos, vendo a razão de ser de sua função se desintegrar diante de seus olhos.

A República Federal, também pega de surpresa, buscou dar condições de recepção aos milhares (nos dias seguintes seriam milhões) que cruzavam a fronteira, principalmente disponibilizando um grande volume de dinheiro para dar o chamado “Dinheiro de Boas Vindas” (*Begrüßungsgeld*). A soma de 100 marcos por pessoa, pago desde 1970 a visitantes da RDA em território alemão-ocidental, teve uma saída recorde: somente até o final de Novembro ele foi pago a 18 milhões de pessoas.

Berlim foi para as ruas celebrar o que era até então impensável: o Muro havia de fato caído. A fronteira fechada entre as duas Alemanhas havia sido aberta. Mas Berlim foi também para as ruas para se encontrar “consigo mesma”. E, de fato, tendo ido encontrar o mesmo, o igual, Berlim acabou por se colocar frente à necessidade de se conhecer a si mesma.

Simbolicamente, este foi o fim de um mundo e o início de outro. Mas, concretamente, este é o marco inicial de um fenômeno histórico e sociológico único: o encontro, ou melhor, o acoplamento de dois mundos sociais com proximidades desejadas e com muitas distâncias efetivas.

A cidade de em torno de 890 km² (dos quais, 403 km² correspondiam à Berlim Oriental), dividida em duas partes já desde 1948, foi, em 1961, solidamente separada por uma fronteira física até então inexistente – e constituída como fronteira fechada por um muro de concreto de 43,7 km no meio da cidade (156,4 km era o tamanho total do muro em torno de Berlim Ocidental), com uma altura que variava de 3,40 a 4,20 m. O muro, simbólica e concretamente, separava sistemas, países e mundos sociais.

A divisão da cidade

O fim da II Guerra Mundial marca a desconstituição de fato do Estado Alemão: território, legislação e os outros referenciais de soberania e independência foram desfeitos ou submetidos ao controle de um Conselho Conjunto das Forças Aliadas, fruto dos acordos de Londres (12 de setembro de 1944). O “Protocolo de Londres” estabeleceu que a Alemanha seria dividida em quatro Zonas de Ocupação (controladas por França, Inglaterra, Estados Unidos e União Soviética). A região de Berlim teria um status especial: mesmo estando situada no meio da Zona de Ocupação Soviética (SBZ – *Sowjetische Besatzungszone*), a cidade não seria por ela incorporada, mas sim submetida a um “Comando Interaliado” comum e dividida em quatro Zonas de Ocupação específicas. A ocupação conjunta do centro de poder do Terceiro Reich seria o símbolo maior de sua derrota³.

Decisivo foi o fato de que diferentes forças de ocupação tinham autonomia administrativa e jurídica sobre seus setores na capital. Estas áreas administrativas se desenvolveram em duas zonas econômicas distintas, que ganharam concretude com as reformas monetárias levadas a cabo em 1948, e que produziu uma cidade com sistemas econômicos e moedas com validade formal exclusiva nos respectivos setores.

³ Cf. Benz, 2009: 55-72. Trechos do Protocolo foram publicados em Heidelmeyer, Wolfgang e Hindrichs, Günther (eds). *Die Berliner-Frage: Politische Dokumentation (1944-1965)*. Frankfurt a/M.: Fischer, 1965. pp: 18-19. O “propósito inflexível” desta divisão, tal como expresso na declaração conjunta de Estados Unidos, Inglaterra e União Soviética, feita em Yalta (4 a 11 de fevereiro de 1945), era de “destruir o militarismo alemão e o nazismo alemão e tomar medidas para impedir definitivamente que a Alemanha possa mais uma vez perturbar a paz no mundo”. A separação em zonas de ocupação bem como a inclusão da França foram definidas na declaração final da conferência.

Não podendo ser incorporada a nenhuma das Zonas de Ocupação, às forças aliadas também estava garantido o acesso ilimitado a seus setores em Berlim, o que fez com que caminhos específicos tivessem sido definidos para que os aliados ocidentais tivessem acesso livre por terra e por ar às suas respectivas zonas em Berlim. Isto deu à cidade um lugar particular em relação a todo o resto da Alemanha e foi determinante para o seu desenvolvimento nos quarenta anos subsequentes. (WETZLAUGK, 1996: 24-26).

Estas variáveis fizeram com que Berlim tivesse se tornado o único ponto em que, até o muro ser erguido (1961), a passagem entre as Zonas de Ocupação (1945-1949) e, posteriormente, entre os Estados (1949-1961) fosse relativamente livre.

O fato de a cidade ter uma fronteira aberta e estar encravada no coração da Zona Soviética (e, posteriormente, da RDA), com a possibilidade de livre acesso, foi responsável pelos mais significativos momentos de tensão política entre as forças de ocupação da Alemanha.

Com a constituição dos dois Estados alemães em 1949 – a República Federal, derivada das zonas de ocupação ocidentais (23 de maio), e a República Democrática, derivada da Zona de Ocupação Soviética (7 de outubro) –, têm pressões contínuas da URSS e da RDA para que os aliados desocupassem Berlim, que deveria ser incorporada à SBZ e à RDA, produzindo crises agudas nos anos 1948, 1953, 1956 e 1960-61. (MAIBAUM, 1998: 7-46) De fato, o fechamento da fronteira e a edificação do muro estiveram diretamente relacionados com o aguçamento de crises internas e externas.

Desde 1952 a RDA já havia fechado a fronteira para a Alemanha Ocidental por meio de cercamento e do estabelecimento de vigilância permanente. A existência de Berlim ocidental, com sua fronteira aberta, não era somente uma questão de prestígio para o regime do SED, mas representava um risco para a própria viabilidade do Estado devido ao movimento, cada vez maior, de fuga em direção à BRD, assim como, por problemas de abastecimento, relacionados à diferença de valores entre o *marco alemão* (D-Mark) e o *marco oriental* (ost-Mark) que, em Berlim, produziu uma drenagem para Berlim ocidental de mercadorias subsidiadas pela RDA. (SCHOLZ, 2009: 392-397)

A cidade admitia ainda a existência de trabalhadores pendulares, que moravam em Berlim Oriental e trabalhavam em Berlim Ocidental. Cerca de 50.000 *Ost-Berliner* cruzavam a fronteira aberta todos os dias para trabalhar em Berlim Ocidental, recebiam em *D-Mark* e pagavam aluguéis subvencionados em *Ost-Mark*.

No entanto, o elemento decisivo era a fuga de trabalhadores com níveis diferentes de especialização. Entre 1945 e 1961, foram em torno de 3,5 milhões de pessoas que, por motivos principalmente econômicos, deixaram a DDR, além de tchecos e poloneses que tinham em Berlim o único caminho de fuga possível para o ocidente.

Claro estava que os soviéticos e a direção do SED e da RDA tomariam alguma medida para conter o fluxo de fuga.

O leque de alternativas imaginadas pelos aliados e pelo governo alemão variava entre intervenções mais arriscadas nos direitos dos aliados (que

colocariam um conflito armado na ordem do dia) e intervenções menos arriscadas que diziam respeito à intensificação do controle nas fronteiras dos setores da cidade, assim como, dos acessos de outras regiões da RDA à Berlim.

Mas o que não fazia parte dos cálculos era o fechamento completo das fronteiras entre os setores de Berlim, visto que a fronteira que separava a cidade dividia ruas e imóveis, praças, parques e cemitérios, assim como, áreas de floresta, lagos e canais. (REXIN, 2004)

No entanto, a fronteira foi fechada e o muro foi construído – uma decisão que fora tomada pela direção do partido em acordo com a URSS e mantida em absoluto sigilo.

Na noite entre 12 e 13 de agosto, na virada de um sábado para um domingo, algo em torno de 14.500 homens de forças diversas da RDA fecharam ruas e passagens (incluindo estações de trem e metro) que ligavam as duas partes da cidade. Berlim ocidental foi isolada com arame farpado e a rede de transportes que cortava a cidade teve seu acesso proibido em território da DDR (no caso de metrô e trens, cujas linhas não respeitavam as divisões dos setores, sua parada foi proibida, gerando as chamadas estações-fantasma, que persistiram até 1989).

A propaganda do regime tratou o fechamento da fronteira como necessidade, pelo fato de o “muro de proteção antifascista”, como era oficialmente denominado, ser uma peça-chave na proteção da economia da RDA. Contrariando a propaganda, começou aí, para a cidade, uma história de 20 anos de fugas (e tentativas de fuga) mais ou menos dramáticas, mais ou menos espetaculares. Dos

insucessos, foram contabilizados 130 mortos. (HERTLE, 2007: 104-109).

O Muro e as diferenças

Ao construir o muro, o regime do SED interrompeu a perda regular de trabalhadores, o que colocava em risco a sua própria sobrevivência como Estado. Mas, ao fechar o único ponto aberto de fronteira entre as duas Alemanhas, solidificou e consolidou tendências de desenvolvimento distintas nas duas metades da cidade.

Desde 1946, cada um dos setores da cidade esteve submetido a normas específicas de cada força de ocupação, o que implicou prosaicas diferenças em sinais e regras de trânsito – e diferenças de alcance maior, como normas específicas de organização política. A existência de um parlamento municipal e uma única estrutura administrativa para toda Berlim teve vida curta e, em pouco tempo, o setor soviético e os setores dos aliados ocidentais constituíram padrões muito distintos de organização política e administrativa, que se consolidaram com a constituição dos dois Estados alemães em 1949.

A partir de 1989, as *Berlins* que se encontram, tomam conhecimento de suas arquiteturas e de seus espaços urbanos diferentes. As duas metades da cidade viveram estratégias tão distintas de reconstrução no pós-guerra que dali surgiram de fato duas cidades. A opção por reconstruir Berlim Oriental a partir da *inspiração* em modelos soviéticos jogou por terra outros paradigmas que, nos princípios da RDA, orientaram propostas de reconstrução, principalmente o modernismo.

Em contraste com a pluricentralidade de Berlim ocidental, com a presença de bairros de moradia por toda a cidade e pela existência de muitas áreas verdes, Berlim Oriental é monocêntrica e as

áreas de moradia são separadas do centro. Alguns conjuntos monumentais ao estilo soviético (como a chamada *Stalinallee*, por exemplo) estão associados a espaços abertos, a avenidas muito largas no centro (próprios para paradas militares e manifestações políticas) e à presença constante de construções de concreto armado: altas, retas, simples. (Cf. Engler, 2000: 33-52)

Mas, além da arquitetura e da constituição dos espaços urbanos, a vida cotidiana estabelecia diferenças.

Em 1989, os berlinenses que se encontraram iam a mercados diferentes buscar produtos diferentes e sabores diferentes. Eles tinham automóveis e aparelhos domésticos dos mais diversos tipos e tamanhos – todos diferentes. Ouviam músicas distintas, viam filmes também distintos. Tinham freqüentado escolas diferentes, nas quais também era diferente o que se aprendia, como se aprendia e para que se aprendia.

O encontro de 1989 foi entre pessoas que haviam aprendido “histórias” diferentes, “geografias” diferentes.

O planejamento centralizado da RDA feito sob o signo dos “Planos Quinquenais” e a chamada “economia social de mercado” da RFA dividiam dois mundos de trabalho: por um lado, a segurança do pleno emprego e, por outro, a lógica da concorrência e do desemprego estrutural separavam concepções e vivências distintas em relação ao trabalho, assim como, expectativas distintas em relação ao papel do Estado em matéria de seguridade social.

As diferentes condições de vida e as diferentes organizações cotidianas da sociedade civil nas duas partes da cidade (relativas a Estados distintos que buscavam constituir distintas sociedades) produziram distintas

diferenças de gênero, diferenças em relação ao lugar da mulher na sociedade, assim como, a formas distintas de percepção da sexualidade e da instituição do casamento. Quase todas as mulheres na RDA estavam vinculadas ao mundo do trabalho e eram economicamente independentes. A instituição generalizada de creches possibilitava às mulheres ocuparem o espaço público sem abrirem mão da maternidade. (SCHUSTER et al., 2005: 209)

Em Berlim de 1989, encontraram-se também falares alemães distintos, com gírias distintas e palavras particulares, curtidas durante os 28 anos de separação nos espaços urbanos berlinenses, mas também pautados por meios de comunicação diferentes que traziam linguagem diferente.

Além disso, no processo de reunificação, a democracia parlamentar e o sistema financeiro capitalista se tornaram estruturas formais para todos os berlinenses. Tais estruturas eram absolutamente estranhas para muitos deles, que, em pouco tempo, tiveram de aprender a lidar com contas e lógicas bancárias distintas, com seguros, com finanças, etc. (Idem, ibidem: 316)

A Berlim de 1989, definitivamente, não era mais uma *cidade dividida*, mas sim *duas cidades*, com espaços sociais próprios, relacionados à história e às experiências dos seus habitantes e, portanto, não intercambiáveis. Além disso, a *nova Berlim* unificada trazia a duplicidade em quase tudo: duas óperas municipais, duas bibliotecas centrais, duas estações centrais de trem, duas “prefeituras”, etc.

As duas *Berlins* que se encontraram a partir de 9 de novembro de 1989 eram *Berlins* que tinham passado por diferentes quarenta anos: viveram

distintas guerras da Coreia e do Vietnã, viveram guerras anticoloniais distintas, e tinham vivido distintos anos de 1968, distintos “degelos” dos anos ’70 e distintas *Perestroikas*. Os filhos da RDA e da BRD eram filhos distintos de pais não só formalmente distintos.

Todo este conjunto de experiências, constituidor imediato de identidades (e, portanto, de proximidades e de distâncias), foi sistematizado pela noção de “*O Muro nas Cabeças*” (*Die Mauer in den Köpfen*), que diz respeito e descreve o estranhamento surgido (e cultivado de forma mais ou menos voluntária) no exercício raro de estabelecimento de uma vida social comum a partir de referências identitárias e campos de valores muito distintos em um espaço urbano como este.

O encontro destas diferenças foi acolhido e desejado. A queda do muro, ao mesmo tempo inacreditável e desejada, foi festejada sob o signo da libertação, da *reunificação* de uma unidade desfeita, mas também sob o signo da vitória: ela representaria o fim de um sistema combatido constante e sofisticadamente. E aquilo que pode ter começado simplesmente como diferença, passou a ser visto e tratado não somente como diferença, mas, em muitos casos, como incompatibilidade.

E por serem incompatíveis, muitos elementos que eram referenciais de identidade para parte da população reunida em uma nova cidade simplesmente foram eliminados. Das polêmicas envolvendo mudanças de nomes de rua até os debates públicos sobre a derrubada do Palácio da República (*Palast der Republik*), multiplicam-se os casos de disputas por história, por memória e por identidade, materializadas em disputas muito

concretas sobre a gestão urbana da nova Berlim.

Entre 1949 e 1989, a Alemanha foi palco da construção de dois Estados que representaram uma das linhas de frente mais importantes de um conflito supostamente frio. A Alemanha, e particularmente Berlim, foi também o lugar de estabelecimento de uma fronteira que não foi em nenhum momento exclusivamente política. Berlim é, neste sentido, um laboratório raro, senão único para se pensar no problema do *encontro*.

De forma mais radical e intensa do que em qualquer lugar nas Alemanhas e também no restante do mundo, a Berlim de 1989 representou agudamente este jogo de proximidades e distâncias. Na realidade, o muro que começou como uma demarcação arbitrária dividindo continuidades existentes, tornou-se cada vez mais a marca de uma descontinuidade sócio-histórica: padrões de vida, valores, formas de organização social e política e memórias progressivamente construídas tornaram *duplo* aquilo que deveria ser *uno* – e que tenta, há vinte anos, ser *uno* novamente.

Referências

BENZ, Wolfgang. *Die gründung der Bundesrepublik: Von der Bizone zum souveränen Staat*. München: DTV, 1999.

_____. "Deutschland unter Aliierter Besatzung: 1945-1949. In *Handbuch der Deutschen Geschichte*, Bd. 22. Stuttgart: Klett-Cotta, 2009.

ENGLER, Wolfgang. *Die Ostdeutschen*. Berlin: ATV, 2000.

HERTLE, Hans-Hermann *Die Berliner Mauer: Monument des kalten Krieges*. Bonn: Bundeszentrale für politische Bildung, 2007.

JARAUSCH, Konrad. *Die Umkehr: Deutsche Wandlungen 1945-1995*. Bonn: Bundeszentrale für Politische Bildung, 2004.

LINDNER, Bernd. *Die Demokratische Revolution in der DDR. 1989-1990*. Bonn: Bundeszentrale für Politische Bildung, 1998.

MAIBAUM, Werner. *Geschichte der Deutschlandpolitik*. Bonn: Bundeszentrale für Politische Bildung, 1998.

REXIN, Manfred, "Sie fragen, wann sie gehen sollen". In *Das Parlament*. Nr. 31/32, 26.07.2004.

SCHOLZ, Michael. *Die DDR 1949-1990.. Handbuch der Deutschen Geschichte*, Bd. 22. Stuttgart: Klett-Cotta, 2009.

SCHUSTER, Beate H.; KUHN, Hans-Peter e UHLENDORFF, Harald. *Entwicklung in sozialen Beziehungen*. Stuttgart: Lucius&Lucius, 2005.

von PLATO, Alexander. *Die Vereinigung Deutschlands: ein Weltpolitisches Machtspiel*. Bonn: Bundeszentrale für Politische Bildung, 2003.

WETZLAUGK, Udo. *Hauptstadt Berlin*. Informationen zur Politischen Bildung, Nr. 240. Berlin, 1996.

* LUIS EDMUNDO DE SOUZA MORAES é Doutor em História pelo Centro de Pesquisas sobre o Anti-semitismo da Universidade Técnica de Berlim e professor adjunto de história contemporânea da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.